



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA ANGOLANA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA ANGOLANA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

N924p

Nunes, Elisa Numala Correia.

A participação da mulher na diplomacia angolana / Elisa Numala Correia Nunes. - 2021.
49 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2021.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino.

1. Diplomacia. 2. Mulheres - Angola - Atividades políticas. 3. Mulheres na política - Angola. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 320.08209673

ELISA NUMALA CORREIA NUNES

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA DIPLOMACIA ANGOLANA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovada em: 25/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Juliana Mércia Guilherme Vitorino (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Enzo Lenine Nunes Batista Oliveira Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Dedico este trabalho ao meu falecido pai Domingos Albertino Nunes que sempre me incentivou a correr atrás dos meus sonhos, este trabalho é para você, tua força e incentivos sempre estarão comigo, teus conselhos, tua energia, tua voz permanecerá em meu coração e em minha mente como fonte de persistência até os últimos dias de minha vida, gratidão por tua existência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu bom e maravilhoso Deus pela vida e pela força ao longo da minha trajetória acadêmica aqui na UNILAB, foram anos de muito aprendizado, muita construção e desconstrução também, agradeço a minha família e em especial a minha querida mãe Aline Fita Jacob por ser essa mãe maravilhosa, guerreira que me ensinou a correr atrás do que é meu sem deixar ninguém me inferiorizar por motivo algum, obrigada por nos manter fortes diante de todos os obstáculos que vivemos no último ano com o passamento físico do nosso pai.

Gratidão aos meus irmãos Pedro Jacob Nunes, Mariquinha Jacob Nunes, Alice Jacob Nunes, Ana Jacob Nunes, Francisco Jacob Nunes e Estevão Jacob Nunes por todo amor carinho e incentivo ao longo da minha caminhada aqui na UNILAB.

Agradeço também ao meu parceiro pela paciência e amor que tem demonstrado por mim ao longo deste processo de escrita do trabalho, aos meus colegas que durante estes anos compartilharam suas experiências e afeto por mim, obrigado por todos os ensinamentos e aprendizados mútuo neste processo de formação superior.

Aos meus professores que durante nossa trajetória acadêmica estiveram prontos para nos passar todo aprendizado possível o meu muito obrigado, e por fim e não menos importante agradeço a minha querida orientadora professora e doutora Juliana Mércia Guilherme Vitorino por aceitar fazer parte da realização deste trabalho, gratidão por tudo. Gratidão a este país lindo que me acolheu durante estes anos e em especial a este projeto lindo da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Campus dos Malês) por nos permitir passar por este processo lindo de aprendizagem, gratidão a coordenação do curso de Relações Internacionais e todos que direta ou indiretamente contribuíram para minha formação acadêmica.

“É melhor atirar-se à luta em busca de dias melhores, mesmo correndo o risco de perder tudo, do que permanecer estático, como os pobres de espírito, que não lutam, mas também não vencem, que não conhecem a dor da derrota, nem a glória de ressurgir dos escombros. Esses pobres de espírito, ao final de sua jornada na Terra não agradecem a Deus por terem vivido, mas desculpam-se perante Ele, por terem apenas passado pela vida. ”

Bob Marley

RESUMO

O presente trabalho fala sobre a Participação da Mulher Angolana na Diplomacia, que tem como objetivo principal Investigar a presença das mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado e, em específico, na área da diplomacia. Na qual iremos discutir as contribuições das mulheres na luta pela libertação e período pós-libertação e refletir sobre as mulheres em espaços de poder e, em específico, na diplomacia angolana. A diplomacia é um tema bastante discutido por vários pesquisadores a nível mundial, tanto como a questão de gênero. A luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre foi e continua sendo uma luta difícil de superar, embora tenha havido muito avanço no campo das ciências que acabou influenciando a forma como os Estados passaram a olhar para o gênero feminino, mas ainda existe um trabalho árduo a percorrer principalmente quando se trata de lugares de destaque ou domínio que coloca a mulher em um espaço de poder como a diplomacia. Deste modo a forma diferente de enxergar os gêneros se verifica em todos os países do mundo e não é diferente quando se trata de sociedades africanas e especificamente na sociedade angolana que é o que estaremos aqui a tratar.

Palavras-chave: Diplomacia. Mulheres - Angola - Atividades políticas. Mulheres na política - Angola.

ABSTRACT

This work talks about the Participation of Angolan Women in Diplomacy, whose main objective is to investigate the presence of women in the spheres of power and decision of the State and, specifically, in the area of diplomacy. In which we will discuss the contributions of women in the struggle for liberation and the postliberation period and reflect on women in spaces of power and, specifically, in Angolan diplomacy. Diplomacy is a topic widely discussed by several researchers worldwide, as well as the issue of gender. The fight for equal rights between men and women has always been and continues to be a difficult fight to overcome, although there has been a lot of progress in the field of science that ended up influencing the way in which States started to look at the female gender, but there is still a hard work to go through, especially when it comes to prominent places or domains that place women in a space of power such as diplomacy. In this way, the different way of seeing genders is verified in all countries of the world and it is no different when it comes to African societies and specifically in Angolan society, which is what we will be dealing with here.

Keywords: Diplomacy. Women - Angola - Political activities. Women in politics -Angola.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	METODOLOGIA	14
3	QUESTÕES TEÓRICAS	16
4	A MULHER NA SOCIEDADE ANGOLANA	19
4.1	A MULHER NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E PÓS-LIBERTAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	21
5	QUESTÕES CONCEITUAIS	24
5.1	GÊNERO	24
5.2	DIPLOMACIA	25
6	A DIPLOMACIA ANGOLANA	28
6.1	AS MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E, EM ESPECÍFICO, NA DIPLOMACIA ANGOLANA	29
6.2	ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO ATUAL NO CAMPO DIPLOMÁTICO	31
6.2.1	Estruturação do governo de João Manuel Gonçalves Lourenço	32
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	Referências	47

1 INTRODUÇÃO

A luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres sempre foi e continua sendo uma luta difícil de superar, embora tenha havido muito avanço no campo das ciências que acabou influenciando a forma como os Estados passaram a olhar para o gênero feminino, porém ainda existe um trabalho árduo a percorrer principalmente quando se trata de lugares de destaque ou domínio que coloca a mulher em um espaço de poder como a diplomacia.

Esta forma diferente de enxergar os gêneros se verifica em todos os países do mundo e não é diferente quando se trata de sociedades africanas e especificamente na sociedade angolana que é o que estaremos aqui a tratar.

Sendo assim o nosso trabalho tem como objetivo geral Investigar a presença das mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado e, em específico, na área da diplomacia.

Segundo (Domingos, 2016 apud António, 2018, p. 6), afirma que “Angola é um país que está situado na costa ocidental do continente africano faz fronteira a norte e nordeste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste com o oceano Atlântico. A República de Angola ocupa uma extensão territorial de 1.246.700 km² e está dividida administrativamente em 18 província sua capital é Luanda.” De acordo com o INE 2018 (Instituto Nacional de Estatística de Angola), Angola tem 29.250.009 milhões de habitantes na sua maioria são mulheres.

Angola que por muito tempo estava sobre jugo colonial português que durou em torno de 500 anos. Santos (2010) observa que:

O colonizador fez circular a ideologia de que tudo dow nativo era ruim e sua religião diabólica. Este quadro foi se agravando e no final dos 500 anos de colonização, o povo angolano começou a organizar-se politicamente. “Na década de 50, a violência econômica dos portugueses e o terror militar, provocaram o nascimento de movimentos nacionalistas. Dispostos a desafiar a dominação portuguesa. Em 1961, começou a luta armada dos movimentos o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola) e a UNITA (União para a Independência Total de Angola) contra os colonizadores”. (GUIA DO TERCEIRO MUNDO, P.29 APUD SANTOS 2010, P. 42)

Tivemos muitas mulheres neste processo de libertação colonial, a começar por Kimpa Vita e Nzinga Mbandi, exemplos da resistência do povo angolano à invasão estrangeira, e Deolinda Rodrigues, Lucrecia Paim, Teresa, Irene Cohen e Engrácia, heroínas da luta de libertação do século XX. Foi também neste período, especificamente em 1962, que foi fundada a OMA (Organização da Mulher Angolana) como uma ala feminina do Movimento Popular de

Libertação de Angola (MPLA), que teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. (SANTOS, 2010, P. 42).

Nesta mesma linha de raciocínio, António (2018, p. 6) afirma que, o cessar fogo foi declarado no dia 11 de novembro de 1975 pelos três movimentos de libertação de Angola, MPLA (Movimento Popular Para Libertação de Angola.), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional Para Independência Total de Angola). Esses três movimentos depois da libertação de Angola do jugo colonial Português, houve a impossibilidade da criação de um só governo Angolano. Desta feita iniciou-se então uma guerra civil entre eles com participações de diferentes forças militares estrangeiras. Esta guerra teve como o vencedor o MPLA que assumiu o poder desde 1975 até os dias atuais.

Tanto tempo de guerra levou o país ao desgaste e ao êxodo rural. As populações perderam sua estabilidade social e comunitária. As famílias começaram a se desfazer, não só porque a guerra era uma realidade, mas, sobretudo, por causa dos massacres constantes que aconteciam e pelas ideologias partidárias que circulavam por toda parte. (SANTOS, 2010, P. 44).

Por isso, a maior parte das mulheres angolanas são encontradas nos mercados ou dentro das casas como empregadas domésticas ganhando o equivalente a US\$ 50. Outras são encontradas nas esquinas das ruas trocando dólar; outras, como vendedoras ambulantes, vendendo desde o peixe, frutas, legumes, aperitivos, roupas, brinquedos, água gelada nos saquinhos, aos mais diversos produtos; outras são encontradas sentadas em frente às suas casas debaixo de tendas esperando serem pagas, pois são as chamadas muambeira, discriminadas, mas que contribuem muito com seus produtos para a diversidade e o livre comércio, permitindo assim uma opção. São elas, na maioria, que asseguram a renda familiar. Custeiam os estudos dos filhos e mantêm seus maridos, muitos deles desempregados ou funcionários públicos que têm como salário básico o equivalente a quase 100 dólares, recebidos, na maior parte das vezes, com atraso de três a seis meses. (SANTOS, 2010, P. 47).

Existem alguns grupos de mulheres feministas que lutam pela igualdade de gênero na sociedade angolana, essas mulheres são muitas vezes ignoradas vistas como rebeldes, enfrentam bastante dificuldade no seio familiar, tal comportamento tem levado muitas a desistirem desses movimentos por não encontrarem apoio da sociedade que ao contrário as julga.

Portanto, hoje em dia algumas mulheres angolanas optam mais por cursos ligados a saúde que está intrinsecamente ligado ao "cuidado" porque entendem que o único lugar de destaque da mulher na sociedade angolana é trabalhando como médicas em hospitais, o que nos leva a observar um número bastante reduzido de mulheres na área da política, essas mulheres não

ocupam cargos de destaques, porém as que fazem parte da política algumas não se formaram em Angola por isso tem um outro olhar em relação a este assunto.

Sendo assim, temos como objetivo geral desta pesquisa Investigar a presença das mulheres nas esferas de poder e decisão do Estado e, em específico, na área da diplomacia. Levantamos aqui também uma possível hipótese levando em consideração que a diplomacia é uma área majoritariamente frequentada por homens no mundo vamos ao longo do trabalho analisar como isso ocorre em Angola, sendo que na sociedade angolana o machismo ainda é muito frequente, onde é muito forte o tradicionalismo e os cargos de cunho político são preenchidos por homens.

Deste modo o nosso trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro fazemos uma breve apresentação do país com sua contextualização histórica, os seus processos de conflito armado até a criação do seu Estado Nação e o período pós guerra até a sua independência. No segundo capítulo começamos a nos debruçar sobre a metodologia utilizada para realização da pesquisa, fazemos também uma apresentação do que é diplomacia num contexto mais geral e afunilamos para questões que levam a desigualdade de gênero no mundo e especificamente no caso que estamos analisando, no ponto seguinte começamos a falar sobre como essas desigualdades ocorrem no contexto angolano, onde trazemos influencia da família e a forma como as mulheres angolanas são educadas no ceio familiar gerando nelas afastamentos em assuntos ligados a politica e especificamente a diplomacia.

No ponto a seguir mostramos a representação efetiva das mulheres da luta de libertação de angola onde elas aparece na linha de frente juntamente com os homens e a forma como elas foram apagadas neste contexto de guerra, aqui trazemos também um ponto importante que é conceito de gênero e a forma como as categorias do feminino e masculino foram criadas pelo patriarcado e como essa temática chega para as relações internacionais, mostramos ainda como a questão de diplomacia ocorre no contexto angolano e suas politicas voltadas a essa temática e a inserção das mulheres nestes espaços. No terceiro e último capítulo trazemos a forma de organização do novo governo angolano e tentamos mostrar algumas mulheres que fazem parte deste grupo e seus espaços de atuação no meio politico.

2 METODOLOGIA

Este trabalho objetiva analisar o espaço que as mulheres ocupam na diplomacia angolana sendo assim ao longo do trabalho vamos salientar como as estratégias que escolhemos se encaixam na pesquisa. Para tal iremos usar a pesquisa documental e sistemática que nos ajudou a visualizar e analisar sistematicamente com os mesmos conceitos e os mesmos casos pesquisas em diferentes tipos de documentos para fazer a coleta de dados nas literaturas atuais e não só, veremos como este processo foi evoluindo ou não dentro do contexto angolano e no mundo com a ajuda de quadros e dados coletados das embaixadas e consulados angolanos espalhados pelo mundo, onde realizamos uma pesquisa minuciosa para conseguir obter as informações necessárias para a realização desta pesquisa, com isso iremos obter informações sobre os ocupantes de cargos diplomáticos nas representações angolanas no mundo. Esses dados foram importantes para que se dê subsídios sobre a representatividade de mulheres em cargos diplomáticos cedidos pelo governo angolano.

Para que servem os dados coletados? Servem para que possamos observar não só a questão da representatividade, como também ter uma melhor visibilidade sobre discursos assuntos sobre a mulher.

Como será visto no capítulo 1 (confirmar se é capítulo 1 mesmo), as mulheres tiveram grande importância no processo revolucionário, sendo incluídas no processo de luta pela libertação do país. No entanto, os dados dos governos pós-libertação mostram outras realidades.

No caso específico da diplomacia, que é o cargo que também precisa de certo prestígio político (coisa que as mulheres também tem histórico), elas foram afastadas quando o poder foi conquistado.

A pesquisa documental que foi usada para coleta dos dados passaram por um processo de análise e interpretação. Com a ajuda das bibliografias disponíveis sobre o tema de diplomacia em África iremos analisar a realidade atual voltado para Angola onde teremos um olhar mais panorâmico com a ajuda dos materiais existentes para tentar compreender em que estágio se encontram os estudos sobre gênero e diplomacia neste contexto.

A pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Documentos esses que ainda não passaram por

nenhum tratamento analítico, são ainda matéria prima na qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

Para embasar o problema da pesquisa e alcançar os objetivos, farei o uso da metodologia de abordagem qualitativa. Segundo Gerhardt e Silveira, essa abordagem se preocupa com “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (2009, p. 31).

Segundo Minaio (2001), “uma pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado”. Porém, reciprocamente este estudo inflige uma essência quantitativa em grande medida, contextualizar o maior entendimento do problema a ser analisado.

Ela busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado (GERHARDT e SILVEIRA (Org.), 2009, p. 32).

3 QUESTÕES TEÓRICAS

A diplomacia é o exercício da negociação, tratados e acordos, arte e a prática das relações internacionais entre Estados. A diplomacia é nesse aspecto, uma instituição fundamental que visa reconciliar e harmonizar interesses nacionais divergentes através do diálogo internacional ajudando, por conseguinte, na interação dos diversos atores no sistema internacional. Desta feita o termo Diplomacia, Houaiss (2009 apud KAMILA ALENCAR & INGRID SOARES, p.7) como “a ciência que estuda as relações e os interesses das nações umas com as outras”. Essas relações se estabeleceram na perspectiva do que se entende como “internacional”, pois segundo o autor Eugênio Vargas Garcia (2016), às relações internacionais surgem quando os atores interagem socialmente, sendo sujeitos a partilha de uma intersubjetividade de identidades e interesses em comum, para o autor o conceito internacional surge desde os tempos remotos da Idade da Pedra, em um momento de total desconhecimento sobre o outro.

Segundo FRITSCHÉ (2012, apud Soares e Alencar, 2016, p. 2) afirma que:

O primeiro indício da participação das mulheres como diplomatas ocorreu em 1507, na Espanha. Desde então, a presença feminina na diplomacia não obteve tanto destaque e a situação não apresentou progresso. Após 400 anos do caso espanhol, em 1933, apenas treze países haviam admitido a presença feminina nos serviços diplomáticos e consulares. Durante o período entre guerras, os Estados Unidos e a União Soviética eram os países que apresentavam os maiores índices de admissão de mulheres na diplomacia, mesmo sendo em pouca quantidade.

Com o passar dos anos, as mulheres foram conquistando seu espaço no mercado de trabalho, inclusive dentro da diplomacia. Contudo, quando lograram em garantir sua vaga, se depararam com diversos obstáculos que impediam sua permanência dentro do Ministério das Relações Exteriores. Por exemplo, até os anos 70, a carreira de mulheres na diplomacia nos Estados Unidos e na Inglaterra era restrita devido à proibição de funcionárias casadas nos quadros (MORIN, 1990 apud BALBINO, 2011).

A questão da divisão que a sociedade faz em relação a esfera privada ou doméstica e a pública e que implicações traz para a vida dos indivíduos. Tal fato faz com que mulheres e homens durante séculos fossem enxergados de formas totalmente diferente, o que influenciou na formação da desigualdade na sociedade por isso a necessidade de se redefinir estes lugares, não mais como diferentes, mas como iguais, sendo assim capazes de se firmar na sociedade e ascender com os mesmos direitos e oportunidades.

A desigualdade e a opressão são entraves que a mulher está exposta há séculos, que tudo tem haver com a forma desigual de organização das sociedades, a divisão sexual como fator que dá estrutura as desigualdades sociais, os papéis pré-definidos de ambos. A forma de estruturação das sociedades nos levaram a esta desigualdade que vivemos hoje.

Os argumentos apresentados nos fazem refletir na necessidade de se repensar além da separação criada (público e privado ou doméstica) que foi sustentada pelos conceitos liberais, ou seja, é quase impossível mudar a situação da mulher se não entendermos que as desigualdades são criadas na esfera pública e sendo assim é quase impossível desligar estes dois polos que são geradas pelas instituições, e a principal delas é a família que é considerada como privada ou doméstica, neste sentido é necessário repensar teoricamente a totalidade da vida social e superar a segregação conflituosa que existe. Sendo assim, entendemos que o feminismo pode redefinir a noção de privacidade se baseado no multiculturalismo tendo à educação a base da construção e desconstrução dos indivíduos.

Nesta mesma linha de raciocínio, em Angola as questões de gênero têm grandes implicações nas relações profissionais porque em muitos momentos o profissionalismo é avaliado pelo gênero e por isso ao longo do tempo as mulheres foram sempre vistas como sexo frágil.

Ainda FIGUEROA (2012) afirma que:

Ademais, ao assumir posições de destaque dentro da carreira, por se tratar de um cargo inserido em estrutura predominantemente composta por homens, as mulheres por vezes apresentam comportamentos considerados como masculinos, a fim de ganhar o respeito dos colegas de trabalho e legitimar sua posição de liderança. Algumas figuras que exemplificam este postulado dentro da política são Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, conhecida como “A Dama de Ferro”; a atual presidente alemã, Ângela Merkel; a ex-presidenta brasileira, Dilma Rousseff; a presidente sul-coreana, Park Geun-hye; dentre outras. Esta incorporação de postura mais masculina mostra como as estruturas de poder existentes dentro e fora da carreira diplomática ainda reforçam práticas discriminatórias, o que acaba dificultando a ocupação de altos cargos por mulheres (RAHMAN- FIGUEROA, 2012 apud Soares, Alancar, 2016, p. 3).

O pouco número de mulheres na diplomacia deve-se também à pouca representatividade de mulheres diplomatas nas mídias. Santos (2002), afirma que, muitas delas são apenas representadas como funcionárias de empresas particulares e do governo, como professoras, engenheiras, médicas, enfermeiras, ministras e deputadas, mas são minoria. (SANTOS, 2002, p. 47).

Batsikama (2016) por sua vez nos afirma que, nos dias de hoje essas vozes multiplicaram-se, e não se limitam apenas às antigas combatentes: nos espaços públicos, nas redes sociais e,

timidamente na academia angolana, jovens mulheres proporcionam uma plataforma de discussão. (BATSIKAMA, 2016, p. 75).

As mulheres por conta desta invisibilização precisaram lutar para serem vistas como partes integrantes no processo de desenvolvimento económico, social e político da humanidade.

Nesse modo de ideia, Soares e Alencar (2015, p. 3), afirmam que “O machismo se encontra presente em nossa sociedade e pode ser observado em diversos níveis interacionais”. Tal fenômeno coloca as mulheres em um lugar definido pelos padrões machistas onde a mulher é colocada em um espaço mais privado silenciada e sem protagonismo e o homem nos lugares públicos e de liderança.

O espaço público é neste sentido restrito para o gênero masculino já o espaço privado para as mulheres. Neste sentido o pessoal se torna político no sentido de que a família é vista como privada, mas existe nela um caráter político no âmbito da divisão dos papéis de ambos, a forma de dependência financeira que está ligada a estrutura de poder.

De acordo com a ONU Mulheres “o empoderamento das mulheres e a promoção da equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias; o impulsionamento dos negócios; a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças; e para o desenvolvimento sustentável”.

Sendo assim a questão do gênero determina a participação e liberdade de estar e de atuar na esfera pública e privada.

A partir desse entendimento constitui-se a pergunta de partida com o intuito de compreender as desigualdades de gênero na diplomacia angolana e analisar como as mulheres angolanas são vistas na área da diplomacia?

4 A MULHER NA SOCIEDADE ANGOLANA

Na cosmogonia angolana, a mulher é socialmente considerada como responsável da primeira educação da criança, apaziguadora das instabilidades emocionais do marido e a garante do bem-estar familiar (garantir a cesta básica, higiene familiar, saúde familiar, etc.). A nível familiar e do clã social (ou mesmo territorial), a mulher é o centro da estabilidade entre várias famílias e clãs. (BATSIKAMA, 2016, p.75).

O grupo social dominante no caso o masculino sempre apresentou defesas para manter os seus interesses e privilégios, o que acaba gerando uma ruptura entre ambos que desde a sua origem histórica têm a mesma capacidade e por isso deveriam ser enxergados como iguais e livres. Porém a forma como cada um é educado pela sociedade acaba lhes separando em algum momento da criação, sendo assim um é ensinado a dominar e outro a ser dominado e a se submeter sempre.

Sendo assim, em Angola a discussão sobre gênero não é muito frequente e desde criança nos seios familiares as meninas são treinadas em se tornarem apenas mulheres para trabalhos domésticos e constituição de lares, o que incita nelas certo desinteresse em assuntos ligados a política.

Mendes (1958) afirma que durante muito tempo a mulher angolana foi ignorada e colocada em um lugar inferior àquele que era cedido ao homem, sendo que é na mulher africana onde se assenta todo suporte econômico e não no homem. A forma diferente de educação gera nas mulheres angolanas um conjunto enorme de complexos sobre a sua identidade pessoal e o seu senso de capacidade e merecimento começa desde a tenra idade a ser diminuído, muitas delas ouvem desde pequenas que não podem isso porque são mulheres não conseguem aquilo porque são mulheres ou até mesmo não faça isso porque isso não é trabalho de mulher mas sim de homem e sua feminilidade sempre é medida consoante as performances que ela acaba adotando para então sem enxergada e aceite no seu gênero reduzindo assim a sua produtividade no futuro. Neste modo de ideia Machel, a respeito, afirma:

Do jeito que as coisas estão, a sociedade como um todo não está tendo o benefício de um completo potencial econômico das mulheres, uma vez que elas continuam sendo mal representadas em indústrias chave e cargos executivos, elas encontram barreiras para entrar na economia formal, por muitas vezes sofrem discriminação e passam pelo desafio de equilibrar as necessidades da vida em família e profissional (MACHEL, fronteiras do pensamento, 2019, on-line).

Na sociedade angolana existiram algumas etnias que funcionavam em regimes matriarcais onde a mulher tinha o poder máximo sobre os demais, porém com a inserção da cultura europeia muitas destas culturas foram dissolvidas e exterminadas pelo colonialismo. Porém a mulher angolana fez parte de todo processo de reestruturação do país no período pós guerra civil desempenhando assim um papel preponderante para o desenvolvimento do país mostrando um trabalho conjunto e participativo entre mulheres e homens desde o começo da construção do Estado nação.

Nesse contexto é que Izabela Monte (2014, p. 3), de outro lado, anota que questionar-se sobre o lugar que as mulheres (não) ocupam no cenário internacional é apenas um primeiro passo para se pensar, a partir da crescente literatura feminista do campo, relações de desigualdade e opressão entre gêneros na política internacional. Mais do que verificar as causas e as consequências da baixa presença de mulheres nos espaços onde as relações internacionais acontecem, leituras feministas de Relações Internacionais extrapolam suas críticas em direção a como representações e papéis de gênero – de maneira simplificada, estereótipos sociais sobre masculinidade e feminilidade – influenciam e se relacionam à condução histórica da política mundial.

Sendo assim a mulher angolana mediante as desigualdades da qual está exposta sempre está disposta a romper as dificuldades que surgem no seu caminho correndo atrás dos seus direitos e quando necessário ultrapassa as fronteiras que a sua cultura coloca sobre a sua identidade enquanto mulher negra africana levando as outras mulheres a refletir sobre a sua autonomia econômica e financeira na sociedade e as demais dificuldades que surgem na sua trajetória diária.

A partir dessa lógica Judith critica a famosa frase da autora Simone de Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se” pelo argumento de que “Não há nada (...) que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p. 27). Levando isto em consideração, no que tange o fenótipo, existe uma educação social particular onde o indivíduo atribuído ao corpo da fêmea é ensinado a ser mulher e portar-se como uma; porém nem todas mulheres podem estar nesse biótipo de fêmea. Em consonância a estes argumentos as relações de gênero para Machado (2000, p. 6) “São o resultado de um “arbitrário cultural”, isto é, nada há de determinante no sexo biológico que faça com que feminino e masculino se definam ou se relacionem desta forma”.

Segundo Batsikama (2016), as mulheres angolanas no passado quase mantinham um “silêncio simbólico” nas questões políticas. Elas eram aparentemente representadas pelos seus

irmãos (mais velhos ou mais novos) de forma pública. Na verdade, foram elas as decisórias: os seus irmãos se limitavam apenas a cumprir as suas orientações. (BATSIKAMA, 2016, p. 77).

Compreendemos também que a forma como nos referimos a homens e mulheres com apenas o termo eles reforça a invisibilidade da mulher, por isso a necessidade de sempre reafirmar a existência delas no espaço, isso gera nas mulheres poder efetivo e político, para tal é muito importante que haja nas mulheres um senso de irmandade para que juntas possam lutar contra todas as formas de opressão que a sociedade patriarcal opressora colocou sobre a mulher.

Se tratando do patriarcado, Morgante e Nader (2014), o definem como um sistema de dominação efetivado por homens sobre as mulheres mostrando que o controle, principal base patriarcal, é perpetrado não apenas no meio familiar, trabalhista ou político. Este se apresenta compondo a dinâmica social como um todo, instalado no inconsciente de homens e mulheres no âmbito individual e coletivo. Saffioti (2004, p. 101-102) reitera esses argumentos incrementando ainda como o patriarcado não só domina e explora as mulheres como também as põe umas contra as outras.

Contudo, nos tempos mais recentes, as mulheres, coletivamente guiadas pelas teorias feministas e pós-coloniais, mostraram que, a exclusão da mulher angolana tem sido um problema histórico e cultural do qual o homem, infelizmente ainda tem poder majoritário mas mesmo com todos os obstáculos a mulher angolana permaneceu firme buscando o seu espaço neste contexto machista, uma luta que começou com as suas ancestrais no período de luta armada.

4.1 A MULHER NA LUTA PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA E PÓS-LIBERTAÇÃO: QUESTÕES INICIAIS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A história contemporânea sobre as mulheres angolanas permanece desconhecida no discurso popular sobre a sua participação no processo de libertação de Angola. Para isso, Batsikama (2016), nos afirma que “entre 1960 e 1975, a participação efetiva da Mulher na Luta de Libertação foi árdua, com base nisso surgiu então uma instituição notória OMA ‘Organização da Mulher Angolana’.

De acordo com Batsikama (2016), da independência de Angola (1975) até as primeiras eleições gerais (1992), a participação da Mulher é real nas Forças Armadas, na Administração pública ou no aparelho do Estado. Ainda o autor acrescenta dizendo que, “da celebração da Paz em Angola (2002) até as novas eleições legislativas (2008) e gerais (2012), os frutos da

participação da Mulher são evidentes: Novo Código da Família, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Constituição de Angola de 2010”. (BATSIKAMA, 2016, p. 72).

A respeito Ducados (2004), observa que:

A Organização da Mulher Angolana (OMA), criada em 1962 como ala feminina do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), teve uma influência crucial no apoio às forças guerrilheiras dentro e fora de Angola. Os relatórios sobre as atividades da OMA mostram que seus membros contribuíam para a produção de alimentos para o exército guerrilheiro, organizavam campanhas de alfabetização e de cuidados básicos de saúde e transportavam armamentos e alimentos a grandes distâncias. Não há estimativas do número de mulheres que participavam do exército guerrilheiro da MPLA, mas os testemunhos orais indicam uma quantidade substancial. A OMA encarava o envolvimento e participação da mulher na guerra da independência como sendo "um campo de prova em que todos os participantes eram exigidos a dar o máximo do seu esforço e desenvolver seus talentos e habilidades". Como em outras organizações femininas, a liderança da OMA incluía principalmente mulheres educadas com laços familiares fortes ou maritais com a liderança política do partido. (DUCADOS, 2004, p. 1).

Ducados (2004) nos afirma que, existiu uma outra organização de mulheres denominada LIMA ‘Liga Independente de Mulheres Angolanas’. Para Ducados (2004), “a Liga Independente de Mulheres Angolanas (LIMA), a ala feminina da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) foi fundada em 1973 e também desempenhou um papel importante na luta pela libertação”. (DUCADOS, 2004, 2). Em contraste com a OMA, as mulheres que ocupavam posições de liderança na LIMA não tinham laços de parentesco com a liderança da UNITA, devido ao temor de represálias sobre os maridos se as mulheres fracassassem nos seus esforços. (DUCADOS, 2004, p. 1).

A atividade das mulheres na UNITA durante a luta pela libertação envolvia o transporte de materiais, alimentos e armamentos para os homens na linha de combate. As cargas eram transportadas na cabeça e as distâncias eram longas. Suas atividades políticas consistiam principalmente na mobilização de pessoas e especialmente na adesão dos jovens à luta armada. As mulheres também eram treinadas como ativistas políticos. Durante a guerra civil após a independência, as mulheres continuaram em atividade em todas as frentes e a liderança da LIMA era notada em comícios políticos dentro e fora do país. O legado da guerra As mulheres sofreram as consequências diretas da guerra de maneiras diversas. Além do grande número de mulheres que morreram em consequência de combates, também se reconhece que muitas foram violadas por combatentes de ambos os lados. (DUCADOS, 2004, p. 2).

Para tanto, Ducados (2004), entende que a participação na vida política e envolvimento das mulheres nas iniciativas de paz como em tantas outras situações de conflito, as mulheres angolanas foram excluídas de uma participação significativa nas negociações formais de paz entre as partes em guerra. Nem a OMA, nem a LIMA foram capazes de ter um papel efetivo na promoção do fim da guerra. (DUCADOS, 2004, p. 2).

Com a Paz em 2002, o MPLA – partido no poder – interessou-se em implantar o modelo do seu Estado-nação proclamado em 11 de Novembro de 1975, e Luzia Inglês tinha através da OMA a maior responsabilidade de trabalhar nas políticas de inserção das representatividades femininas e de reestruturação da família angolana. Luzia Inglês terá traçado a sua estratégia, reunido o seu elenco e estruturado um plano de acção. A experiência militar lhe terá servido, de alguma forma. Para reestruturar a Família, era necessário instituir o Ministério da Família e Promoção da Mulher, por um lado. Por outro, era necessário forjar o Código da Família, servindo-se da força da lei para implantar um comportamento psicossocial aos Angolanos. Entre vários problemas identificados, notava-se a pobreza simbólica da mulher. A mulher não detinha potenciais capitais académicos, políticos, financeiros ou económicos. Essas faltas não resolviam o seu problema, de modo continuava vulnerável a todas violências possíveis. (BATSIKAMA, 2016, P. 84).

De acordo com Batsikama (2016, p. 85), em 2012, passados mais 11 anos, o quadro se apresenta da seguinte maneira: 36,5% das mulheres são parlamentares, 29,6% das mulheres eram ministras, há 2 mulheres governadoras, 11,23% das mulheres estão na administração municipal.

Portanto, afirma Batsikama (2016) que, a presença da Mulher na Luta pela Libertação de Angola é inquestionável. A participação da Mulher na institucionalização do Estado-nação é evidente. Seria, de igual modo, interessante caso ela estivesse no epicentro da coesão familiar, que é a origem do Estado-nação, Modelo desta Mulher, e tantas outras que existem por aí no anonimato, constituiu um dos aportes da instrumentalização da imagem da “Mãe” para ressaltar os valores e transmiti-los às crianças e aos jovens. (BATSIKAMA, 2016, P. 87).

Vemos de forma clara que o papel da mulher foi e é uma peça chave, tanto no contexto familiar como social e político angolano, sendo assim é extremamente importante falar sobre gênero e com isso nos ajudar a afirmar e reafirmar o seu lugar e importância neste contexto, tanto para constituição de indivíduos da sociedade como para a criação do Estado Nação angolana existente nos dias atuais.

5 QUESTÕES CONCEITUAIS

5.1 GÊNERO

Balbino (2011) apoiando-se em Beauvoir e Butler, descreve “para Beauvoir, o gênero não é uma construção imposta ao indivíduo, mas, antes, parte do processo mais amplo de construção da identidade individual. E, com a escolha do verbo que significa “tornar-se”, ressalta Butler, Beauvoir está intencionalmente permitindo a ambiguidade entre escolha e imposição: o que é recebido pelo indivíduo de sua cultura e o que ele cria, inova.” (BALBINO, 2011. P. 29). Neste modo de ideia, Balbino (2011) nos afirma:

O termo “gênero”, por sua vez, refere-se à identificação do indivíduo a um grupo sociocultural com papéis definidos, sendo a identificação um processo subjetivo complexo que envolve a relação psicológica do indivíduo com esses papéis. “Gênero” remete também a características da sociedade e a processos culturais, na medida em que os papéis, códigos, símbolos, atitudes, estereótipos, condutas, valores, tradições e costumes relacionados ao masculino e ao feminino variam no tempo e no espaço. Assim, o uso deste último termo, mais corrente na literatura especializada, busca fugir do determinismo biológico. (BALBINO, 2011, p. 25).

Na construção do termo gênero alguns papéis sociais são esperados e algumas características pré-determinadas reúnem-se em torno dos indivíduos em sociedade. Dessa forma, condutas e caracteres físicos constituem e afirmam os ditos padrões de feminino e de masculino através da cultura. Butler questiona essa visão a partir de uma ótica voltada à desconstrução do gênero como substância/essência, algo estável e inerente ao indivíduo e segundo ela: “Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino” (BUTLER, 2003, p. 26).

Tickner (1992) pressupõe que as diferenças de gênero desempenham um papel muito importante na estruturação das desigualdades sociais em grande parte do mundo, e quando o assunto se refere a política externa ou ao campo da diplomacia a história também se repete, inclusive verifica-se uma maior presença e exercício de poder masculino em relação às mulheres.

Segundo Saffioti (2004) gênero é a construção social do masculino e do feminino, e levando isto em consideração, os papéis que cada uma dessas categorias são definidas diante a sociedade e o Estado apresentam um grande peso ao se debater sobre este assunto. O gênero acaba por se traduzir em um conjunto de expectativas direcionadas aos indivíduos, onde este se

associa direta ou indiretamente ao sexo biológico. Nas palavras de Judith Butler (2003, p.24) “A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito”.

Por ser um tema relativamente recente nas relações internacionais, ainda existe uma literatura muito reduzida em relação a temática gênero nas relações internacionais. Sendo assim, de acordo com Isquierdo (2015:6), a base da discussão de gênero em relações internacionais começa a partir dos anos de 1970, advindas também de uma perspectiva liberal. E segundo Elshtain, 1987; Cohn, 1987; Enloe, 1989 (apud. PAIVA:16) o debate de gênero “Nas Relações Internacionais, porém, foi só no final da década de 1980 que os primeiros trabalhos feministas apareceram.” O debate de gênero nas Relações Internacionais vai surgir justamente pelo entendimento de haver uma fraca participação e representatividade de mulheres no âmbito da política.

Segundo Izadora Xavier Monte, gênero é importante não apenas porque define as relações de poder entre homens e mulheres, mas porque também condiciona o nosso pensamento a funcionar a partir de dicotomias hierarquizadas que legitimam formas múltiplas de dominação em diversas esferas sociais. (MONTE, 2013:70). Sendo assim, pensar e questionar o lugar que as mulheres ocupam, é também uma forma de evidenciar todas as hierarquias, e problemáticas de gênero que ainda não foram denunciadas

5.2 DIPLOMACIA

Dentro da perspectiva e discussões acadêmicas conceitua-se assim o termo Diplomacia, Houaiss (2009 apud KAMILA ALENCAR & INGRID SOARES, p.7) como “a ciência que estuda as relações e os interesses das nações umas com as outras”. Essas relações se estabeleceram na perspectiva do que se entende como “internacional”.

A diplomacia no século dezessete era, claramente, segundo Holsti (2004), “o desenvolvimento de uma instituição baseado na necessidade de manter contato e fontes de informações com unidades políticas consideradas nada confiáveis”.

Na modernidade segundo Magnoli (2013), a origem da diplomacia, se encontra nas práticas da Grécia Antiga, no qual os embaixadores eram enviados em missões a outras cidades-estados, com o intuito de entregar mensagens como forma de intercâmbio levando oferendas, e com intuito de sustentar os pontos de vista do seu povo diante do outro governante. Para o autor

(2013: 12) “naquele tempo, o diplomata personificava uma entidade política e, portanto, a distinção entre o público e o privado”.

Atualmente o papel do diplomata vai muito além das demandas de representação de um Estado, como verificamos no passado, pois nos dias atuais o cenário internacional se tornou bastante abrangente e outras questões precisam também da intervenção dos diplomatas.

O diplomata detém a função principal das missões, que vai compor todo um conjunto de funcionários do Estado a ser representado no estrangeiro, e de acordo com Guido Soares¹⁹ (apud. MAZUOLLI, 2015: 648) o Diplomata stricto sensu, "é o agente do Estado, frente aos órgãos de outras pessoas de direito internacional clássico, com as funções clássicas de representá-lo, negociar em seu nome e informar-se de assuntos que lhe dizem respeito". Podendo em muitos casos firmar acordos internacionais que sejam do interesse do Estado, fomentando também intercâmbio econômico, comercial e cultural.

O século XX trouxe, também, além de suas inovações e desafios para as Relações Internacionais, a semente que influenciou algumas visões que acreditam que estes desafios afetaram as práticas diplomáticas e as estão tornando (ou já as tornaram) obsoletas (HOLSTI, 2004).

A respeito, diz López (2007, p. 21):

A primeira visão acredita que novas práticas, tais como a de contratar para tarefas do governo especialistas da academia, dos negócios, da mídia, e da política, o fim do monopólio de ministros do exterior sobre as relações entre governos, e o declínio do papel de embaixador como o principal condutor da comunicação entre governos (substituído por contatos diretos entre ministros), constituem uma tendência que leva à obsolescência. A segunda visão é de que a instituição diplomática está sobre ameaça física e que isso pode levar à invenção de outra forma institucional para substituí-la. Acredita-se que as normas que cercam a instituição estão sendo violadas tão sistematicamente que governos terão que inventar novas maneiras de conduzir negócios mútuos. Apontam que, o abuso de estabelecimentos diplomáticos e regulações através de espionagem, chantagem, sequestro, e coerção tem aumentado, e não diminuído, com o fim da Guerra Fria. A terceira visão defende que a diplomacia está em processo de se tornar obsoleta devido a novas invenções em comunicação e na mídia. Este argumento clama que, com as novas tecnologias da comunicação que permitem o contato instantâneo entre oficiais do governo, com a televisão e organizações de notícia disponíveis para serem mandadas imediatamente para áreas com problema, o papel do embaixador e de sua equipe de prover informações e análise para os formuladores de política do mundo passou a ser seriamente comprometido. (LOPÉS, 2007, P. 21).

Para Hill (2003), a diplomacia tem uma grande tarefa dentro de um Estado, a citar: 1) comunicação, uma atividade política da mais alta importância já que a diplomacia é considerada como detentora da capacidade de ser a força da sofisticação e cautela; 2) negociação, geralmente de extrema complexidade e onde os custos advindos são muito grandes; 3) participação em

instituições multilaterais, parte importante em qualquer política exterior e onde estados e atores não estatais precisam saber se conduzir em um ambiente que requer um balanço dos interesses nacionais com os propósitos das organizações não governamentais; e 4) a promoção de bens econômicos, muito importante, haja vista que surge da necessidade de galgar a prosperidade nacional e de conduzir a política externa econômica do país.

Percebe-se que inicialmente a diplomacia se desenvolvia na perspectiva de garantir a segurança dos Estados, mais centrada em aspectos de guerras, conflitos e economia, atualmente ela precisa lidar com diversos assuntos da era global e lidar também com diversos representantes em questões específicas que vão surgindo no cenário internacional todos os dias.

6 A DIPLOMACIA ANGOLANA

A diplomacia é um tema bastante discutido por vários pesquisadores a nível mundial, tanto quanto a questão de gênero. Desta feita suscitou em um grande interesse em poder entender a relevância do tema especificamente em Angola.

De acordo com Carvalho (2004. P. 33), com o encerrar da guerra civil angolana, cujo marco foi a assinatura do Memorando de Luena¹ em 4 de abril de 2002, o autor afirma que, [...] a recuperação das principais infraestruturas então destruídas pela guerra e as questões de paz e segurança ganharam caráter prioritário passando a dominar a agenda na definição das mais variadas políticas do Estado angolano. [...]. Com isso, Chikoti (2003) afirma que, “Angola sempre desempenhou um papel importante e ativo na resolução de conflitos em África, quer pela forma como conquistou a liberdade e a soberania, quer pela experiência de guerra que marcou a sua história em 2002”. (CHIKOTI,2013).

De acordo com Kissaca (2017) “a importância que o Estado angolano atribui às Organizações Regionais Africanas (ORA) vem desde a luta pela independência em África”.

É precisamente neste contexto que Angola aderiu primeiramente à Conferência de Coordenação para o desenvolvimento da África Austral (SADCC), na sequência das ações desenvolvidas pelos Estados da Linha da Frente (ELF) e, mais tarde, à Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Um facto muito curioso a este respeito é que a presença de Angola nestas organizações é notória desde a sua génese e em relação à Comissão do Golfo da Guiné (CGG). (KISSACA, 2017, p. 1).

Na mesma linha de raciocínio Kissaca (2017) ressalta que, “O facto de um país como Angola, que por um longo período se digladiou com as suas limitações a nível económico e de participação internacional, ter conseguido se afirmar como ator relevante nestas duas organizações (SADC e CEEAC), é bastante significativo para o estabelecimento e aprofundamento das suas relações com os outros Estados.

Nota-se que a participação de Angola neste processo só obteve êxito, por ter apostado no estabelecimento de relações diplomáticas assentes no respeito mútuo e no diálogo como a melhor forma de combater os conflitos.

¹ O Memorando de Entendimento de Luena foi assinado a 4 de Abril de 2002 na capital da província onde pouco mais de um mês antes, o líder histórico da UNITA, Jonas Savimbi, acabara a sua fuga em direção à Zâmbia varado pelas balas das FAA. Também mudou o curso da história política angolana, pois, pela primeira vez, o povo angolano passou a vislumbrar um clima de paz efetiva. A paz finalmente alcançada é hoje o bem que o povo angolano mais preza e o epicentro da sua política externa. (KISSACA, 2017, p. 3).

Neste domínio, o “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017”, elaborado pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial em 2012, salienta que os objetivos da Política de Reforço do Posicionamento de Angola no Contexto Internacional e Regional se baseiam nas seguintes prioridades políticas: a) Consolidar as relações com as instituições financeiras internacionais; b) Reforçar a posição geoestratégica de Angola na região e no mundo. (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2012, P. 89 APUD, KISSACA, 2017, P. 1).

Assim, Santos (2012) observa que, [...] o Estado angolano tem conduzido as suas relações com os seus parceiros de cooperação internacional com base num comprometimento coerente com os interesses de Angola e dos angolanos. “O que lhe tem permitido garantir a tranquilidade das suas fronteiras e concomitantemente colocar à disposição da União Africana (UA) a sua experiência de gestão e resolução de conflitos”. (SANTOS, 2012, P. 115).

A base estrutural da Diplomacia tem se fundado na construção de papéis de gênero pré-definidos, cujas expectativas dos indivíduos excluía e exclui a mulher, vinculando assim ao campo da diplomacia as desigualdades de gênero num primeiro momento, restringi a sua participação plena, em outros momentos não gera condições estruturais favoráveis que possibilitem o seu ingresso e crescimento durante a carreira.

Como aponta Beauvoir (1960 apud. ALENCAR e SOARES, s/d: 10), “homens e mulheres nunca apresentaram igualdade de condições e de oportunidades”, e por sua vez o homem acaba sempre ocupando situações mais favoráveis, com salários e cargos mais altos, tendo assim posições mais importantes em relação a sua colega de profissão.

6.1 AS MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E, EM ESPECÍFICO, NA DIPLOMACIA ANGOLANA

Em Angola não existem políticas de ação afirmativa, ou seja, “cotas” que facilitem a entrada de mulheres em áreas “dominadas por homens”.

Em dialogo com uma mulher² diplomata angolana, pude entender que o processo de candidatura para os cargos de Diplomata é feita a partir de concurso público, este mesmo concurso não é divulgado a público nem os resultados do mesmo, tudo é feito de forma bastante restrita, o que acaba gerando desconhecimento a população e não há requisitos de curso, onde pude verificar também o nepotismo que tem (ajudado) bastante aquelas que tem familiares ou amigos com influências, em parte também acaba prejudicando muitas mulheres formadas nessa área

² A entrevistada solicitou discrição da sua identidade por minha parte.

A dominação masculina das estruturas de autoridade e de decisão são consideradas muitas vezes como algo natural, uma vez que as características masculinas são enaltecidas dentro do ramo diplomático e na conduta da política internacional. (TRUE, 2005; RAHMAN-FIGUEROA, 2012 APUD BALBINO, 2011, P. 3). Percebe-se, portanto, que a carreira diplomática, assim como outras carreiras, é marcada pelas relações de gênero e pela estrutura patriarcal da diplomacia internacional.

A marginalização da mulher nos mundos públicos e privados da diplomacia resultou na construção do preconceito institucionalizado, no qual a ideia de ter uma companheira mulher na carreira diplomática era inadmissível (TRUE, 2005; BANDEIRA DE MELO, 1982 apud BALBINO, 2011).

Conseqüentemente, as mulheres iniciaram sua luta por equidade e empoderamento dentro da diplomacia, assim como em diversas áreas (RAHMAN-FIGUEROA, 2012). A busca pela representação de todos os gêneros, raças e classes foi um dos elementos que permitiu a conquista feminina dentro da área diplomática, pois esta parcela de representação legitimava a prática da democracia de direito e de fato (ALEVAR, 2001 apud BALBINO, 2011).

De acordo com Lopes (2010), a mulher angolana teve um papel fundamental em diferentes momentos e situações; seja político, econômico, social ou cultural onde se fez prevalecer a sua garra, coragem e ousadia, através de processos de negociação política, enfileiramento junto às tropas em defesa da pátria, e manutenção das necessidades básicas de sua família e agregados, seja através do trabalho formal ou informal, como mãe, como guerrilheira, como militar ou apenas como mulher. (LOPES, 2010, P. 120).

Ducados (2004), afirma que, “o maior obstáculo à realização das provisões constitucionais é que a sociedade angolana continua sendo predominante uma reserva masculina onde os direitos da mulher são frequentemente violados para preservação da estrutura patriarcal herdada dos valores tradicionais africanos”. (DUCADOS, 2004).

As mulheres envolvidas na tomada de decisões nacionais estão separadas da maioria das mulheres comuns pelo estilo de vida, classe e objetivos. E embora muitas mulheres angolanas considerem a criação do Ministério da Família e Promoção da Mulher um avanço real na batalha pelo espaço político, também se pode entendê-la como tendo ajudado a separar as questões da mulher do resto da agenda política do governo. (DUCADOS, 2004).

Segundo o INE (2018), a maioria dos habitantes correspondem o sexo feminino e a taxa de não-alfabetizados liderados pelos homens com 84% e as mulheres com 58%. Podemos

observar um número bastante reduzido das mesmas ocupando cargos políticos e diplomáticos. Conforme o Jornal de Angola (2018):

O governo atual liderado pelo novo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, nomeou 30 ministros em que na qual 12 são mulheres. Entre elas: Silva Paula Lutucuta (Saúde), Bernarda Gonçalves Martins da Silva (Indústria), Victória Francisco Lopes Neto (Pescas e Mar), Ana Paula de Carvalho (Ordenamento do território e Habitação), Maria do Rosário Sambo (Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação), Maria Cândido Teixeira (Educação), Carolina Cerqueira (Cultura) e os 18 são homens ocupando os cargos de governadores das 18 províncias. E na área da diplomacia o presidente nomeou 30 embaixadores e nesta lista apenas 8 são mulheres e os 22 são homens. (JORNAL ANGOLA, 2018).

Lopes (2010) por sua vez diz que, a mulher e o homem têm o mesmo ponto de partida, vivem os mesmos problemas, tanto sociais, políticos, econômicos, e desejam a mesma vida. E têm de ter os mesmos direitos e deveres, pois que todos fazem parte da mesma sociedade. Logo a mulher terá que perder o complexo de inferioridade, induzido pelo homem no tempo que a esposa era apenas um instrumento de procriação e escrava, um animal sem voz e nem ideias. (LOPES, 2010, P. 122). Portanto, a carreira diplomática, assim como outras carreiras são marcadas pelas relações de gênero e pela ideologia patriarcal. Nesse contexto, é o feminismo, que vincula diversas dessas lutas e debates, definido como:

a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim (GARCIA, 2011, p. 13).

Dá a importância de existir mais reivindicações e denúncias nas literaturas referentes a temática gênero que neste contexto não é uma luta atual pois as desigualdades vêm sendo contestadas pelas próprias mulheres de formas distintas, seja coletivamente, por meio de organizações entre si; seja, individualmente, exigindo os seus direitos.

6.2 ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO ATUAL NO CAMPO DIPLOMÁTICO

Atualmente Angola é liderada pelo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço que assumiu a liderança do país após o presidente José Eduardo dos Santos ceder o seu mandato, o mesmo liderou Angola depois do falecimento prematuro do presidente António Agostinho Neto que foi o primeiro presidente de Angola.

João Manuel Gonçalves Lourenço foi eleito democraticamente num mandato de 5 anos que começou em 2017 e vai até 2022, entrando na lista como o terceiro presidente de Angola continuando assim com o partido MPLA que desde a independência lidera o país.

O novo governo angolano passa a contar com 32 ministros, um a mais do que na gestão de José Eduardo dos Santos. Além disso, nove dos ministros ocupam os mesmos cargos que tinham no executivo anterior. Dos 32 ministros, oito foram promovidos de secretários de Estado à posição de ministro e 11 são mulheres. Foram também nomeados 18 governadores provinciais, sendo que 13 foram reconduzidos ao cargo que já ocupavam.

6.2.1 Estruturação do governo de João Manuel Gonçalves Lourenço

O presidente no poder manteve as mesmas pastas do executivo anterior, nomeado por José Eduardo dos Santos, Ângelo de Barros da Veiga Tavares (ministro do Interior), Augusto Archer Mangureira (Finanças), Marcos Alexandre Nhunga (Agricultura e Florestas), Bernarda Martins (Indústria), João Baptista Borges (Energia e Águas), Augusto da Silva Tomás (Transportes), Victória de Barros Neto (Pescas e do Mar), José Carvalho da Rocha (Telecomunicações e Tecnologias de Informação) e Carolina Cerqueira (Cultura). Três ministros atuarão como chefes de Estado, nomeadamente, Manuel Nunes Júnior, na pasta do Desenvolvimento Económico e Social, Pedro Sebastião, com as funções de chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, e Frederico Manuel dos Santos e Silva Cardoso, como chefe da Casa Civil.

Adão de Almeida assumiu como ministro do Território e Reforma do Estado. Diamantino Pedro Azevedo assume o cargo de ministro dos Recursos Minerais e Petróleos, duas pastas que no Governo anterior estavam separadas. Antes na pasta da Geologia e Minas, Francisco Queiroz mantém-se no Governo, agora como ministro da Justiça e dos Direitos Humanos.

E por fim o Ministério da Defesa Nacional, que no Governo anterior era liderado por João Lourenço, passa a ser tutelado por Salviano de Jesus Sequeira, enquanto Manuel Domingos Augusto é promovido de secretário de Estado a ministro das Relações Exteriores.

Nesta lista nominal que acabamos de apresentar conseguimos ver a presença de apenas duas mulheres, as mesmas se encontram em cargos de menor calibre nomeadamente no ministério da cultura, pescas e do mar.

Reforçamos aqui a importância de se apostar em uma formação acessível e igualitária para homens e mulheres, esta diferença de oportunidades faz com que o gênero feminino tenha muitas dificuldades para acessar estes espaços de poder, para tal precisamos de mulheres preparadas para atender estas demandas, pesa embora não seja apenas uma questão de acesso à escola mas sim de uma estrutura patriarcal machista mais forte como verificamos ao longo da nossa pesquisa.

Desta feita Angola possui uma academia denominada Venâncio de Moura, a primeira no país com a proposta de formar especialistas capacitados a atender as demandas do país no exterior e no território angolano, a mesma está localizada em Luanda, inaugurada em novembro de 2020, tem servido para formação de quadros especializados a atender as demandas diplomáticas e consulares do país, desde modo ela servirá de suporte para capacitar homens e mulheres a exercer estes cargos, foi inaugurado pelo presidente João Gonçalves Lourenço com a capacidade de formar 1800 especialistas em diplomacia e relações Internacionais. Angola tem como chefe da diplomacia Manuel Domingos Augusto que é também o ministro das relações exteriores.

O Mirex (ministério das relações exteriores de Angola) é responsável pelas questões voltadas às relações exteriores angolanas. Sendo assim Para acessar a carreira de regime geral é necessário passar pelas seguintes regras que passamos a nomear a seguir: Nomeação, promoção, direitos e obrigações do pessoal do quadro do regime geral necessário-se previsão na legislação necessária da administração pública.

Desta feita, a carreira Diplomática é uma carreira especializada funções são desempenhadas em obediência aos princípios da política externa da República de Angola, de acordo com a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e demais normas do direito internacional e do direito interno aplicável. As regras de ingresso, nomeação, promoção, direitos e obrigações do pessoal da carreira diplomática prioridade se aguardar na aprovação da administração pública e no Estatuto do Diplomata. (art. 7º, e 10º, 11º, 12º, 13º, 14º e 15º, Capítulo II, do decreto Presidencial n.º 209/11, de 3 de Agosto e número 1.3, art. 41, Capítulo IV, do Decreto Presidencial n.º 69/18, 6 de Março). Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/sobre/carreira-diplomatica-e-do-regime-geral>

Passaremos a mostrar os quadros com os embaixadores extraordinários que representam Angola em África e no médio oriente ilustraremos nos quadros as informações dos órgãos centrais de direção do Mirex.

MAPA DE REPRESENTANTES DIPLOMÁTICOS E CONSULARES DE ANGOLA

**EMBAIXADORES EXTRAORDINÁRIOS E PLENIPOTENCIÁRIOS
DA REPÚBLICA DE ANGOLA**

ÁFRICA, MÉDIO ORIENTE E ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

País / Organização	Nome	Data da Nomeação
ÁFRICA DO SUL - PRETÓRIA	FILOMENA DELGADO	07/02/2018
ARGÉLIA - ARGEL	TOKO SERÃO	23/01/2020
BOTSWANA - GABERONE	BEATRIZ ANTÓNIA MANUEL DE MORAIS	07/02/2018
CABO VERDE - PRAIA	JÚLIA DE ASSUNÇÃO CIPRIANO MACHADO	26/07/2019
CÔTE D'IVOIRE - ABIDJAN	ANDRÉ PANZO	23/01/2020
EGIPTO - CAIRO	NELSON MANUEL COSME	15/07/2019
ETIÓPIA - ADIS-ABEBA	FRANCISCO DA CRUZ	22/01/2019
GABÃO - LIBREVILLE	LIZETH NAWANGA SATUMBO PENA	15/07/2019

Fonte: mirex.gov.ao

Neste primeiro quadro verificamos a existência de quatro mulheres como embaixadoras a primeira se chama Filomena Delgado à mesma se encontra na África do Sul – Pretória, a segunda chama-se Beatriz Antónia Manuel de Moraes e se encontra em serviço em Botswana – Gaberone, a terceira se chama Júlia de Assunção Cipriano Machado se encontra em Cabo – Verde e por fim Lizeth Nawanga Satumbo Pena que se encontra em Gabão – Libreville.

EMBAIXADORES EXTRAORDINÁRIOS E PLENIPOTENCIÁRIOS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

ÁFRICA, MÉDIO ORIENTE E ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

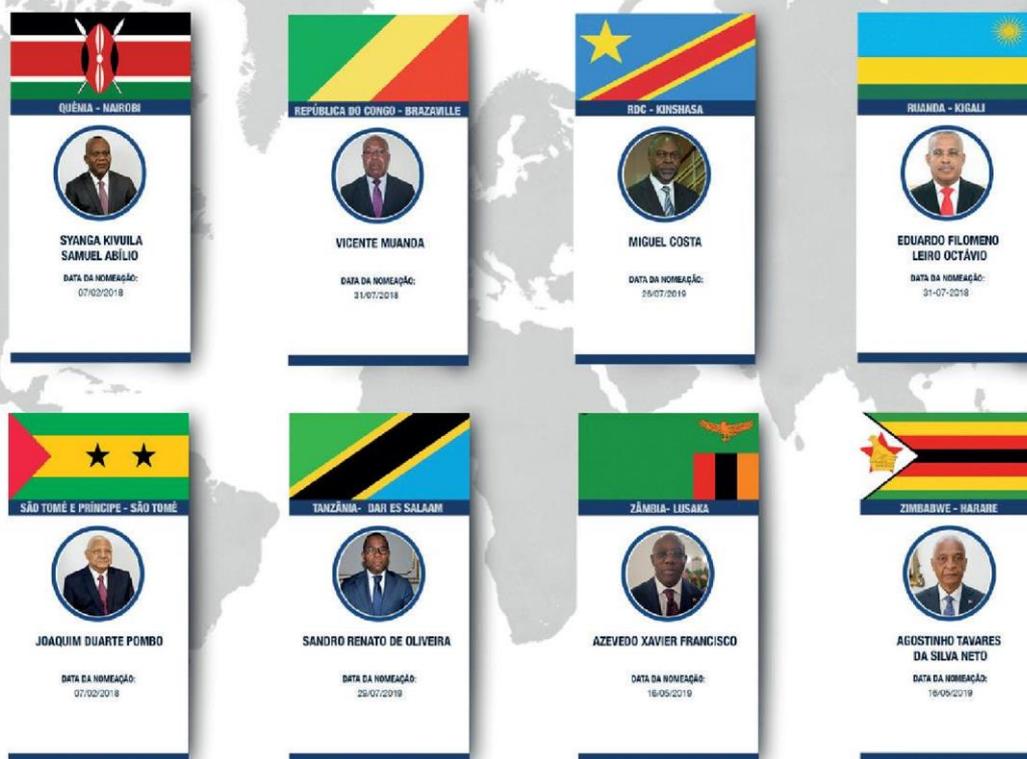


Fonte: mirex.gov.ao

Neste quadro podemos verificar a presença de duas mulheres como embaixadoras, a primeira se chama Maria Cuandina Tchilepa de Carvalho que se encontra em serviço no território de Guiné – Conacri, a segunda mulher embaixadora se chama Jovelina Imperial da Costa, a mesma se encontra em serviço no território da Namíbia – Windhoek.

EMBAIXADORES EXTRAORDINÁRIOS E PLENIPOTENCIÁRIOS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

ÁFRICA, MÉDIO ORIENTE E ORGANIZAÇÕES REGIONAIS



Fonte: mirex.gov.ao

EMBAIXADORES EXTRAORDINÁRIOS E PLENIPOTENCIÁRIOS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

ÁFRICA, MÉDIO ORIENTE E ORGANIZAÇÕES REGIONAIS



Fonte: portal mirex.gov.ao

Como podemos verificar nos quadros ilustrados, apenas 6 mulheres aparecem dentro do contexto onde encontramos 20 homens representando Angola nos países africanos e DO do médio oriente.

QUADRO REFERENTE AOS EMBAIXADORES ANGOLANOS EM SERVIÇO NA EUROPA



Fonte: portal mirex.gov.ao

Neste quadro encontramos quatro mulheres exercendo o serviço de embaixadoras, a primeira mulher é Balbina Malheiro Dias da Silva se encontra na Alemanha – Berlim, a segunda se chama Teodolinda Rosa Rodrigues Coelho, a terceira se chama Maria Isabel de Resende Encoge que se encontra em Países Baixos – Haia e a quarta e última se chama Maria de Fátima Monteiro Jardim.



Fonte: portal mirex.gov.ao

Nos dois últimos quadros referentes a Europa encontramos apenas uma mulher exercendo o cargo de embaixadora, a mesma se chama Cecília Caldeira da Conceição Rosário que se encontra em serviço na Suíça – Berna. Conseguimos perceber que a representação de mulheres diplomatas em serviço na Europa também é baixa em relação aos homens que são 12 tendo apenas 5 mulheres.

QUADRO É REFERENTE AOS REPRESENTATES EM SERVIÇO NA ÁMÉRICA



Fonte: mirex.gov.ao

Neste quadro percebemos que existem 4 diplomatas em serviço na América sendo que dos 4 uma é mulher, a mesma se chama Maria Cândida Pereira Teixeira e se encontra em serviço em Cuba – Havana.



Fonte: portal mirex.gov.ao

Neste quadro verificamos a ausência total de mulheres diplomatas em serviço na Ásia e Oceania.

REPRESENTANTES PERMANENTES

Os representantes permanentes desempenham uma função diferente dos outros diplomatas, eles atuam representando Angola em organizações Internacionais como: ONU, UA-ECA, UE, FAO, UNESCO, SADC, CEEAC, CPLP.



Fonte: portal mirex.gov.ao

No quadro dos representantes permanentes observamos algo bastante interessante a presença de maioria feminina em um bloco, a primeira mulher se chama Maria de Jesus dos Reis Ferreira se encontra representando Angola na ONU – Nova Iorque (UEA), a segunda mulher se chama Margarida Rosa da Izata representante de Angola na ONU- Genebra (Suíça), a terceira mulher se chama Ana Maria de Oliveira que está representando Angola na UNESCO (Paris), a quarta mulher se chama Maria de Fátima Monteiro Jardim que está a representar Angola em Roma (Itália), a quinta mulher se chama Teodolinda Rosa Rodrigues Coelho representante de Angola na ONU – VIENA (Austrália).

QUADRO DE CÔNSULES GERAIS

CÔNSULES GERAIS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

ÁFRICA



Fonte: portal mirex.gov.ao

CÔNSULES GERAIS DA REPÚBLICA DE ANGOLA

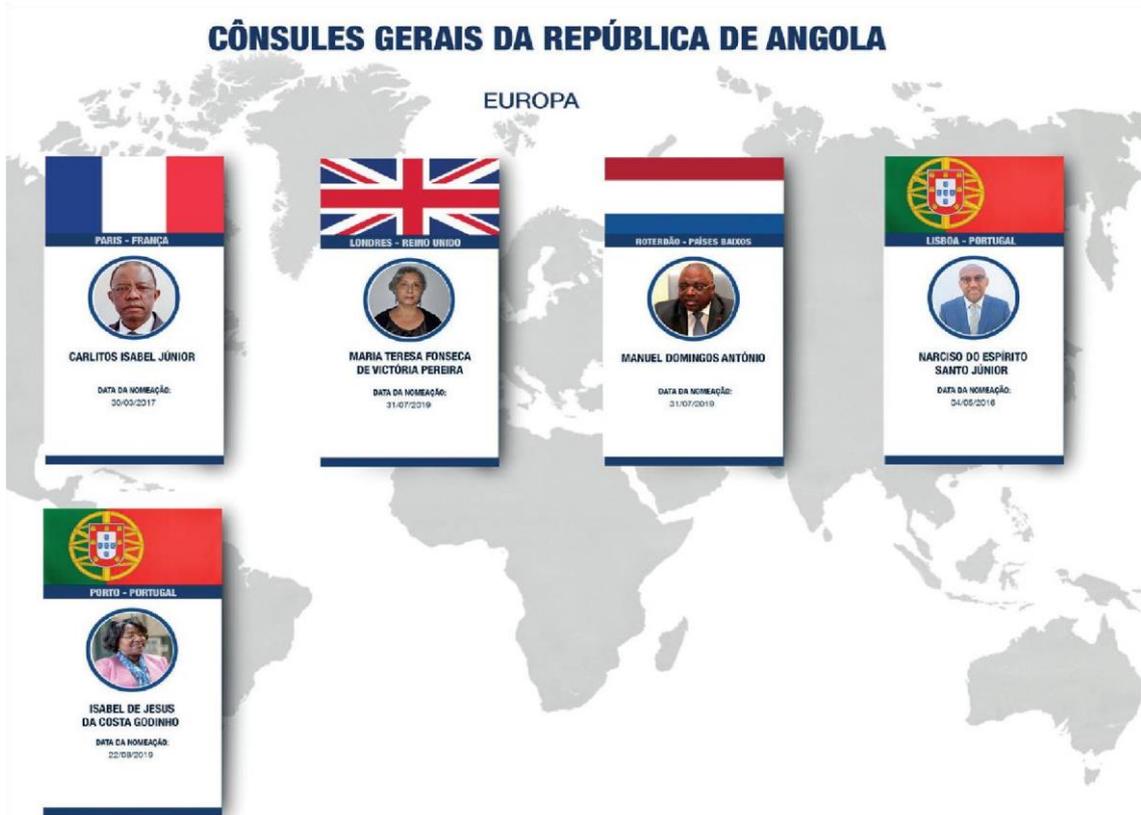
ÁFRICA



Fonte: portal mirex.gov.ao

Nos dois quadros anteriores, verificamos que consta apenas uma mulher consul geral em África, que se chama Irene Brígida Vieira Neto que se encontra em serviço em Joanesburgo – África do Sul.

CONSULES GERAIS NA EUROPA



Fonte: portal mirex.gov.ao

Neste quadro de cônsules gerais na Europa, verificamos a presença de duas mulheres, a primeira se chama Maria Teresa Fonseca de Victória Pereira, a segunda se chama Isabel de Jesus da Costa Godinho.



Fonte: mirex.gov.ao

Neste quadro vemos a presença de cônsules gerais na América, das quais quatro são mulheres, a primeira chama-se Stela Maria da Graça Santana e Sousa Santiago se encontra em São Paulo - Brasil, a segunda se chama Ana Paula Nascimento se encontra em Huston- EUA, a terceira se chama Augusta Mangureira Bessa se encontra em Nova Iorque – EUA, a quarta se chama Filomena de Fátima Santana de Sousa Cunha se encontra em serviço em Montevidéu- Uruguai.

CÔNSULES GERAIS DA REPÚBLICA DE ANGOLA



Fonte: portal mirex.gov.ao

No território asiático existem apenas dois representantes consulares dos quais uma é mulher que se chama Judite Albino da Costa, se encontra em serviço em Guangzhou- China.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a nossa hipótese nos mostra que a diplomacia é uma área majoritariamente frequentada por homens. Em Angola não é diferente, pois nesta sociedade o machismo ainda é muito frequente, onde é muito forte o tradicionalismo e os cargos de cunho político são preenchidos por homens.

Concluimos que por mais que ainda existem muitos entraves em torno na igualdade de gênero, atualmente conseguimos observar um avanço significativo das representações femininas nas organizações internacionais pesa embora as mulheres ainda não ocupam os maiores cargos que o meio diplomático dispõe, o caminho a percorrer ainda é longo, porém existem muitos motivos que nos levam a acreditar numa mudança significativa nos próximos anos.

Os dados coletados nos mostram a necessidade de luta permanece, mas também é importante referir que todo o trabalho que tem sido feito por mulheres feministas pelo mundo todo discutindo questões de desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres tem sido de extrema importância, e por esse motivo já conseguimos ver algum avanço na questão de representação feminina nos espaços de poder, a luta que nos espera para os próximos anos ainda é árdua, mas com força e determinação conseguiremos chegar a tão sonhada igualdade onde a participação de mulheres em espaços de poder deixará de ser visto como algo a se alcançado para ser visto como algo ganho.

Referências

ALVES, Carlos Alberto de Jesus /POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA EM TEMPO DE GUERRA E PAZ: **COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO**.

Tese de Doutorado em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, orientada pelo Doutor António Martins da Silva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 2013.

ANTÓNIO. Fernando Júnior Adão. CASAMENTO TRADICIONAL NA ETNIA BAKONGO: **KAMALONGO EM LUANDA- ANGOLA**. São Francisco do Conde – Ba 2018.

ALENCASTRO, C. **Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty**. *O Globo*, 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/diplomatas-relatam-casos-de-assedio-dentro-do-itamaraty-18186656>>. Acesso em: 14 Agosto. 2018.

BALBINO, V. R. *Diplomata, substantivo comum de dois gêneros: um estudo sobre a presença das mulheres na diplomacia brasileira*. **Brasília**: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BATSIKAMA. Patrício. **A mulher na luta de libertação na construção do estado-nação em Angola**: o Caso de Luzia Inglês Van- Dúnem. REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 25 / JUL-DEZ, 2016.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: Fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BIROLI, Flávia. **Responsabilidades, cuidado e democracia**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº18. Brasília, setembro - dezembro de 2015, pp. 81-117. DOI: disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151804>>. Acesso em: 21 de set. 2019

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora Record, 2003.

COOREDENAÇÃO DE APERFEÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR: CAPES- diretoria de avaliação- DAV. Documento de área, 2009.

Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>>.

Acessado em: 04/07/2018.

CHIPUCA, Celestino Canganda. **COOPERAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA ENTRE ANGOLA E BRASIL (1975 – 2002)**. São Francisco do Conde - Ba 2018.

Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/sobre/nossa-lideranca-e-gestao>

Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/rede-diplomatica/informacao-sobrerede-diplomatica>

Disponível em: <https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/#!/sobre/carreira-diplomatica-e-doregime-geral>

DUCADOS, Henda. **A mulher angolana após o final do conflito**. 2004. Disponível em: <<http://cef03gama5a.blogspot.com/2008/10/mulher-angolana-aps-o-final-do-conflito.html>> Acessado em: 25.09.2018.

FRITSCHÉ, C. *Opportunities and challenges for women in diplomacy*. 2002. Disponível em: <https://lisd.princeton.edu/sites/lisd/files/Fritsche_Lecture.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. São Paulo, Claridade Ltda Ed., 2011.

HOUNTONDJI, Paulin J. **Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os estudos Africanos**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, Março 2008: 149-160.

ISQUIERDO, Larissa Bozza. **Pensando o gênero nas relações internacionais**. Universidade Federal do Paraná.

LEMOS, Isabel da Conceição. **As Mulheres na Carreira Diplomática – 1974 a 2004**. Instituto Universitário de Lisboa. 2009.

MACHEL. Graça. Empodere as mulheres e faça as economias crescerem. **Fronteiras do pensamento**, São Paulo, 30 de Abr. de 2019. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/artigos/graca-machel-empodere-as-mulheres-e-faca-as-economias-crescerem> . Acesso em: 29 de jun. de 2019.

MAGNOLI, Demetrio. **Relações Internacionais: Teoria e História**. 2ª Edição- São Paulo Editora Saraiva, 2013

MAZZUOLI, Valério de Oliveira Curso de direito internacional público /Valeria de Oliveira Mazzuoli. -- 9. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MENDES, Marina Macedo. **Gênero e Relações internacionais** – a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. Universidade De Brasília – UNB Instituto de Relações Internacionais XII Curso de Especialização em Relações Internacionais. 2011.

MONTE, Izadora. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. *Estudos Feministas*, n. 21, ed. 1, Florianópolis, 2013.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o Público e o Privado**. Florianópolis. Estudos Feministas, 2008

PATEMAN, Carole. **Críticas Feministas á Dicotomia Público/Privado**. Teoria política feminista: textos centrais | org. Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli.

PHILLIPS, Anne. **De uma política de Idéias a uma Política de Presença?** 1 Publicado originalmente como “From a Politics of Ideas to a Politics of Presence?”, em PHILLIPS, Anne, *The Politics of Presence* (Orxford: Oxford University Press, 1995. p. 1-26) e traduzido ao português com permissão da Oxford University Press. Copyright © Oxford Univesity Press.

SOARES, Ingrid França Moares. ALENCAR, Kamila de Sousa Aber Athar. Igualdade de Gênero na Diplomacia: **A desigualdade de gênero na diplomacia como reflexo do cenário internacional.**